

## **Benzenismo: prevenção e controle devem ser permanentes**

Marco Antonio Guilherme dos Santos é Secretário de Relações Internacionais do DIESAT e Secretário de Saúde do Sindicato dos Químicos do ABC

Atualmente, a utilização da substância química benzeno nas indústrias brasileiras está regulamentada em lei e é controlada por comissões que contam, inclusive, com a participação dos trabalhadores das CIPAs. Mas nem sempre foi assim e muitos trabalhadores foram vítimas da exposição a esse agente reconhecidamente cancerígeno, conforme registro da IARC – International Agency for Research on Cancer, 1979.

O benzeno é uma matéria prima muito importante na indústria petroquímica de segunda geração, utilizada para a fabricação de produtos como medicamentos, plásticos, detergentes, corantes etc. Como evapora facilmente, ele penetra no organismo principalmente pela respiração e pela pele e seus efeitos sobre a saúde podem surgir rapidamente, quando há exposição a altas concentrações, ou mais lentamente, quando a exposição é crônica.

Além dos trabalhadores das petroquímicas, outras categorias também estão expostas aos riscos do benzeno: trabalhadores das refinarias de petróleo; de siderúrgicas que utilizam carvão mineral; das indústrias químicas que usam a substância como matéria prima; e nas empresas de armazenamento, transporte e distribuição do benzeno e das suas misturas. Mesmo em concentrações menores, a exposição ao benzeno pode atingir uma grande população de trabalhadores de postos de gasolina e mecânicos, assim como moradores próximos da área dos postos de combustível e vias de tráfego intenso.

### **Luta contra o benzenismo**

Quando o benzeno contamina o sangue, o trabalhador começa a sentir cansaço, tontura, dor de cabeça, falta de apetite e a emagrecer. Esse conjunto de sinais, sintomas e complicações decorrentes da exposição ao benzeno é chamado Benzenismo. No sangue, a contaminação pode ir para diferentes partes do corpo, como cérebro, fígado e a medula óssea - órgão responsável pela produção do sangue, podendo provocar leucopenia (redução dos glóbulos brancos), anemia, dificuldade de coagulação, leucemia e outros tipos de câncer e até aplasia de medula – organismo pára de produzir sangue.

A luta sindical contra o Benzenismo remonta a 1983, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos diagnosticou os primeiros casos de leucopenia. Em pouco tempo se evidenciou a gravidade do problema em outras categorias. Em 1986, o Sindicato dos Químicos do ABC descobriu a contaminação de 60 trabalhadores por benzeno, na produção de BHC, nas indústrias Químicas Matarazzo, em São Caetano do Sul. Após período de interdição, a fábrica foi definitivamente fechada. No início da década de 90, novos casos de Benzenismo foram detectados no ABC nas empresas do Pólo Petroquímico de Capuava, com afastamento e até a morte de um trabalhador por leucemia.

Em 1991, o sindicato integrou a comissão organizadora da campanha "Caça-benzeno", com participação dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Volta Redonda e do Espírito Santo, Sindicatos de Petroleiros da Bahia e São José dos Campos, Sindicato dos Químicos e Petroquímicos da Bahia, com a assessoria técnica do INST-CUT. O principal objetivo da campanha era informar e conscientizar os trabalhadores sujeitos ao risco de exposição ao benzeno, incentivar a discussão nos locais de trabalho sobre a prevenção e ações para assegurar a proteção dos trabalhadores.

No dia 20 de dezembro de 1995, após mais de 10 anos de luta, foi possível assinar o Acordo Nacional Tripartite do Benzeno, envolvendo governo, trabalhadores e empregadores. Foram quinze meses de negociação para se chegar ao acordo de compromissos, com uma Portaria introduzindo a prevenção da exposição ao benzeno na Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15) da legislação de Segurança e Medicina no Trabalho e duas normas técnicas que estabelecem as bases legais para a prevenção da exposição ocupacional a este agente cancerígeno. Segundo o Acordo, todas as empresas que utilizam benzeno e suas misturas contendo 1% ou mais em volume são obrigadas a cadastrarem-se na Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. No ABC, as empresas cadastradas são a PqU, Unipar, Bandeirantes Química e Resinor, além de algumas transportadoras.

O acordo também estabelece a participação dos trabalhadores no "Grupo de Representação dos Trabalhadores do Benzeno – GTB", composto por 20% dos membros titulares da CIPA (mínimo 2), e os prazos de adequação das empresas aos novos valores de concentração ambiental

estabelecidos, cria certificado de utilização controlada do benzeno e determina as penalidades pelo não cumprimento do acordo.

Outro grande avanço na luta contra o benzenismo é o reconhecimento que todos os trabalhadores expostos ao benzeno portadores de leucopenia são, a princípio, suspeitos de serem portadores de lesão da medula óssea provocada pelo benzeno. A partir desse ponto de vista, a leucopenia deve ser atribuída à toxicidade do benzeno, associada ou não a outra doença. Isso evita que muitos casos diagnosticados sejam camuflados pelas empresas, como ocorria anteriormente. A conquista de um acordo nacional tripartite possibilitou ao Sindicato dos Químicos do ABC uma importante ferramenta de articulação com outras entidades preocupadas com a saúde do trabalhador que também participam da Comissão Regional do Benzeno ABC (CRBz ABC), como os CRST municipais e os Conselhos de Saúde. Na região, o controle da exposição ao benzeno envolve trabalhadores dos postos de gasolina e do Pólo Petroquímico de Capuava, principalmente a PQU (que produz o benzeno) e a UNIPAR (manipulação do produto), duas empresas que tiveram vários casos de benzenismo na década de 80. Hoje, junto aos GTBs, o Sindicato também atua na formação dos trabalhadores para o controle das situações de risco. No último curso, realizado em maio passado, o CRBz ABC reuniu cerca de 40 trabalhadores químicos, petroleiros e trabalhadores do transporte do Benzeno.

### **Prevenção**

Não existe limite seguro de exposição ao benzeno e a única forma de prevenção é a não exposição, que pode ser feita pela substituição do benzeno por outros produtos ou assegurar tecnologia adequada para evitar a exposição. Assim, todos os esforços devem ser despendidos continuamente no sentido de buscar a tecnologia mais adequada para evitar essa exposição do trabalhador. Há também a preocupação e a necessidade de acompanhamento da saúde dos trabalhadores que estiveram expostos ao benzeno durante o tempo em que seu uso era permitido.